

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. & EVANGELISTA, O. (2007), *Política Educacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

TEIXEIRA, A. (1994). *Educação não é privilégio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

(1) Este artigo é um ensaio para a tese de doutoramento que resulta de uma linha de investigação sobre o antropólogo, educador e sociólogo Darcy Ribeiro.

\* Investigadora do IE/UL

#### 7.4.

##### **Título:**

**Projetos de expansão e democratização do ensino superior para formação de professores no Brasil**

##### **Autor/a (es/as):**

Borges, Maria Célia [Universidade Federal do Triângulo Mineiro]

##### **Resumo:**

A investigação em pauta foi desenvolvida no programa de pós-doutorado da Faculdade de Educação de São Paulo (FEUSP) entre 2010 e 2011. Os principais objetivos foram conhecer as políticas educacionais atuais sobre a formação inicial dos professores e analisar se os Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nos processos de expansão universitária, garantirão a formação de um educador que possa contribuir com a melhoria da Educação Básica. Sua relevância se justifica pelo grande investimento do país nas políticas e projetos de expansão universitária, tendo como bandeira a democratização do acesso à Universidade e com garantia de qualidade. Utilizou-se pesquisa qualitativa, delineada como bibliográfica, consultando várias obras específicas e atuais dentro da temática; pesquisa documental, analisando leis e políticas atuais ligadas ao tema; e pesquisa tipo levantamento (*survey*). Foram entrevistados vinte e dois sujeitos entre alunos e professores da Educação Superior, envolvidos no processo de democratização do ensino superior. Os resultados evidenciaram os *pontos positivos* da expansão universitária: desenvolvimento de pequenos municípios; maior oferta de empregos para professores e técnicos; projetos pedagógicos inovadores na perspectiva interdisciplinar, maior oferta de vagas nos cursos de graduação, especialmente, nas licenciaturas, dentre outros. Os *pontos fracos* demonstram a precariedade dos cursos de licenciatura apoiados pelo Programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), a falta de planejamento quanto à infraestrutura, a limitação de verbas, a incerteza da continuidade de

investimentos, o excesso de alunos na sala de aula, a desvalorização e as precárias condições de trabalho para os professores, etc. Portanto, na prática, as inovações são tímidas, pois falta apoio pedagógico e planejamento. Entendemos que o REUNI, tem mais intenções políticas e econômicas na sua viabilidade do que a real preocupação com a inovação curricular e a qualidade de ensino. A democratização do Ensino Superior necessita planejamento e investimento sérios, tendo em vista garantir a qualidade histórica da Universidade Pública no Brasil. Para as classes desprovidas de riquezas, só será significativo e fará diferença, a garantia do acesso ao curso superior e, também, a garantia do acesso ao saber.

#### **Palavras-chave:**

Expansão Universitária; Formação de Professores; Democratização da Educação Superior.

#### **Introdução**

As políticas educacionais atuais apresentam preocupação e propostas sobre a formação de professores. A defesa da democratização do acesso à Educação Superior materializa-se pelos projetos de *expansão universitária* e, assim, os cursos de licenciaturas têm crescido em grandes proporções, nas Universidades e IFES, no âmbito das Instituições públicas e particulares. Mas, é preciso garantir o acesso a cursos de qualidade, que garantam também o acesso ao conhecimento e não somente a certificação.

Os principais objetivos da investigação foram conhecer as políticas educacionais atuais sobre a formação inicial dos professores e analisar se os Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nos processos de expansão universitária, garantirão a formação de um educador que possa contribuir com a melhoria da Educação Básica.

#### **Os procedimentos metodológicos**

A presente investigação torna-se relevante pela pretensão de trazer uma contribuição teórica e uma análise crítica sobre os novos projetos de formação inicial de professores, dentro do modelo denominado *expansão universitária*.

As políticas educacionais que orientam as práticas educativas existem dentro de circunstâncias ou contextos históricos e políticos concretos. Tudo, nesse contexto, relaciona-se e se intercambia, produzindo a existência concreta da realidade humana, numa determinada realidade.

Com relação aos *procedimentos metodológicos*, a pesquisa em pauta é de cunho *qualitativo*. Na *visão crítico-dialética*, tomamos a educação como *práxis* construtora da história, atentando para a dimensão

política da prática pedagógica. Nessa perspectiva, exige-se um olhar sobre a totalidade e apoia-se nas aproximações histórico-antropológicas da ciência para a reflexão filosófica sobre o homem, visto este como ser de relações, social e histórico, que se constitui sobre uma prática real. O contexto nos permite entender os fenômenos históricos e suas transformações.

Para alcançar uma compreensão clara da problemática da investigação proposta, partimos do nível macro ou da totalidade, analisando as políticas educacionais do MEC, explicitadas na legislação e diretrizes e, em seguida, focamos a realidade concreta de duas Universidades - UFTM e UFU - detendo-nos em dois diferentes *campus* situados, respectivamente, em Uberaba e Ituiutaba, municípios localizados na região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, nos quais está acontecendo a implementação do projeto de expansão universitária, sob a orientação ou não do REUNI, com o redimensionamento dos Cursos de formação inicial dos professores. Portanto, buscamos compreender os impactos das políticas educacionais sobre formação inicial dos professores, nas Universidades Federais do Triângulo.

Utilizamos como delineamentos a pesquisa bibliográfica, a documental e o levantamento, por meio da aplicação da entrevista. Elaboramos um roteiro para orientar a entrevista considerada semiestruturada, e outro roteiro para a análise documental. Nas entrevistas, a amostragem dos sujeitos participantes foi composta de: dez professores, dez alunos e três coordenadores de Cursos de Licenciatura, com representantes de ambas as Universidades. Como os coordenadores de curso também são professores e falaram como docentes, analisamos as duas categorias, conjuntamente. Na pesquisa documental analisamos os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Licenciaturas de ambas as Universidades, procurando identificar qual é a concepção pedagógica de cada curso, bem como o modelo de avaliação e a coerência entre o discurso e a prática corporificada na atuação docente.

### **Desenvolvimento:**

Severino (2009) denuncia que, no Brasil, estando ele na iminência de mais uma reforma universitária, o perfil que se apresenta é marcado pelas configurações do neoliberalismo econômico e cultural. Adverte que a comunidade nacional encontra-se bastante desmobilizada, no contexto da atual conjuntura política e social do país, correndo-se o risco de se perderem muitas das conquistas já obtidas nos últimos tempos, agravando ainda mais a situação do ensino superior no país.

À esteira de Lima, Azevedo e Catani (2008), a reforma universitária do Governo Lula, com análise partindo do Documento II do MEC e da quarta e última versão do Anteprojeto de Lei, enviado em 12 de junho de 2006, à Câmara dos Deputados Federais, tornando-se Projeto Lei 7200/2006, tem as seguintes marcas: a) definição de um modelo de financiamento universitário; b) regulação da transnacionalização de escolas públicas, negros e índios e criação do Programa Universidade para

Todos (PROUNI); c) criação de um Conselho de Participação da Comunidade, sindicatos, docentes e funcionários nas Universidades Públicas e Privadas; d) submissão das Universidades ao princípio da Responsabilidade Social; e) regulação das Fundações; f) avaliação e acreditação das IES com vistas a assegurar a qualidade.

É inegável, no discurso político, a preocupação com a qualidade de ensino e com o processo democrático. Mas, como se tem garantido a concretização disso, na prática?

As Universidades Federais que aderissem ao REUNI deveriam apresentar um projeto de reestruturação, nos moldes da “universidade nova”, dando nova organização curricular aos cursos de graduação, que ofereceriam a possibilidade de formação básica por grandes áreas do conhecimento. Lima, Azevedo e Catani (2008) analisam o documento preliminar da UFBA, que propõe o Bacharelado Interdisciplinar (BI), composto por dois conjuntos de componentes curriculares; o primeiro seria uma Formação Geral (FG) e o segundo a Formação Específica (FE), tendo em vista uma “orientação” profissional. É certo que tal arquitetura coincide parcialmente com o modelo Norte-Americano e com o do Processo de Bolonha.

Azevedo e Catani (2008), afirmam que a lógica da Universidade Nova pode ser entendida como uma maneira de se afastar do Processo de Bolonha e se reaproximar do modelo Norte Americano (não totalmente implantado em 1968), isto sem necessidade de montar a infraestrutura da Universidade norte-americana e sem o encaminhamento da formação profissional na graduação, como vem acontecendo na Europa, do Processo de Bolonha. Há de se destacar que a história indica que o Brasil, de um lado, aprecia e admira as novidades europeias e, por outro, deixa se levar pela força gravitacional dos EUA.

Nos últimos anos, a materialização da Universidade Nova ganha força com a instituição do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), regulamentado pelo Decreto Federal n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Anuncia como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL, 2007, Art. 1º). Procura-se, dessa forma, o estabelecimento de uma política que estimule a adesão a um novo modelo de Universidade e uma nova relação de trabalho com os professores.

A meta global do programa é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início do plano (BRASIL, 2007, § 1º, do Art. 1º).

Há que se registrar que no início deste milênio, as relações sociais, sob a hegemonia dos preceitos capitalistas, são resultantes das complexas e significativas mudanças, visibilizadas pela expressiva revolução tecnológica, as quais têm engendrado alterações significativas no processo produtivo e, em consequência, no conteúdo e nas formas do processo de trabalho vigentes. Temos mudanças e alterações de toda ordem; o que implica novos horizontes geopolíticos do Mundo sob a égide da globalização da economia. O aspecto negativo é que trazem como característica uma forte exclusão social, cuja justificativa ideológica, sob orientação dos princípios do neoliberalismo, é vista como única possibilidade de ajuste e de sobrevivência, mesmo que a elevado custo social. Assim, “[...] o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública”. (DOURADO, 2002, p.1)

Nesse prisma, existe a crítica ao Estado intervencionista, realizada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, por meio da redução ou da destruição das políticas de proteção, as quais são indicadas como perspectiva ou horizonte para a retomada do desenvolvimento econômico, por meio da reforma do Estado. Portanto, a defesa ideológica dessa reforma é implementada pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, tendo em vista a superação das mazelas do Mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, redução do crescimento econômico...) e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso. (DOURADO, 2002)

Percebemos que a política neoliberal combina frequentemente com as ideias conservadoras no plano cultural e com o autoritarismo no plano político, embora, muitas vezes apresente discurso aparentemente inovador. Portanto, se, por um lado, suas orientações proclamam a liberdade econômica; por outro, limitam o terreno da liberdade política das massas, deixando as decisões ficarem a cargo da burguesia, que usufrui da liberdade concedida pelo Estado. Assim, o neoliberalismo coloca o Estado menos proprietário e interventor na economia e na Previdência Social, mas não é, necessariamente, por isso, um Estado fraco. (BORGES, 2009).

Por conseguinte, como estarão sendo estruturados os novos currículos dos cursos das Universidades em expansão de vagas? Estarão garantindo a qualidade de ensino e, principalmente, cumprindo a função da Universidade, nos aspectos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão?

Concordamos com Severino (2009) que afirma que, do ponto de vista quantitativo, vemos confirmada a expansão do ensino superior no país, embora em ritmo mais lento do que o esperado. Tal fato, certamente, é um aspecto positivo das políticas de Educação Superior, uma vez que o país deveria dobrar a sua população universitária. Entretanto, o crescimento do número de alunos com acesso à Universidade, ocasionado pelos projetos de expansão universitária, apresenta algumas distorções.

Vamos à síntese dos dados de nossa investigação: nas *entrevistas* com os professores/formadores, a maioria acredita na *qualidade* de seus cursos e trabalha. Entretanto, também enxerga limitações e soluções para melhorar os cursos. É consciente das limitações e acredita que elas devem ser sanadas. Como limitações da qualidade aponta a falta de articulação entre teoria e prática; a falta de flexibilização curricular; o enfoque formativo dado à formação do bacharel ou pesquisador e não a do professor; as salas superlotadas, dificultando a construção do conhecimento com aulas mais dinâmicas, dentre outros.

### **Análise dos dados empíricos: As Universidades em processo de expansão - a problemática dos cursos de formação de professores**

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) está sediada na cidade de Uberaba-MG. Até 2005, funcionava como uma Faculdade isolada, oferecendo os cursos de Medicina, Biomedicina e Enfermagem. Com a transformação em Universidade, foram criados mais três cursos na área de saúde, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e um na área de ciências humanas, Licenciatura em Letras (com duas habilitações, Português-Inglês e Português-Espanhol). Assim, no novo modelo, a UFTM, em fase de consolidação, busca a incorporação de novos cursos de graduação e pós-graduação e às transformações requeridas no tocante à política acadêmica e ao modelo de gestão e organização.

Por conseguinte, a UFTM aderiu ao projeto REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) - Decreto 6.096, de 24/04/07 - e se encontra em *processo de expansão* de cursos e vagas para a inserção dos discentes nos cursos de graduação em nível superior, especialmente na formação de professores.

Os cursos de Licenciaturas na Universidade (Ciências Biológicas, Matemática, Física, Química, História e Geografia) - foram criados no início de 2009, com adesão ao REUNI. Portanto, o projeto de formação de professores da UFTM é um projeto novo e merece toda a atenção, aperfeiçoamento e avaliação.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) oferece atualmente 60 cursos de graduação, 23 de mestrado, 14 de doutorado, 30 cursos de especialização e 110 de extensão. .

O *campus* da UFU, *locus* de nossa investigação – em processo de *expansão universitária* - é a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), sediada na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais; conta atualmente com onze cursos, sendo sete deles Licenciaturas, a saber: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social, Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Química. Para o projeto de expansão, desse *campus*, o grupo de professores empossados no início e que participaram da construção do PPP de seus cursos, não aderiram ao REUNI. O foco da investigação em pauta são os cursos de Licenciatura.

Queremos, assim, compreender quais mudanças ocorreram na busca de aperfeiçoamento da formação inicial dos docentes e o que ainda é necessário buscar/aperfeiçoar para o alcance do ideário de educação de qualidade para todos.

### **Análise dados empíricos**

Para análise documental e conteúdo das entrevistas escolhemos alguns eixos norteadores para a discussão, quais sejam: a fundamentação teórica do curso, a inovação curricular e a perspectiva interdisciplinar, o perfil profissional dos docentes em formação e o atendimento à diversidade, pontos positivos da expansão, dificuldades encontradas e pontos de aperfeiçoamento. Além desses, outros aspectos foram observados.

Dos quatro documentos escolhidos para análise, todos explicitam, no PPP, as intenções de inovação pedagógica, na busca de garantir uma formação de qualidade que resulte num profissional docente com domínio de conteúdo e capacidade de decisão, de pesquisa, de resolver problemas, de criar e de inovar no exercício da docência. Dois documentos apresentam maior coerência com relação à concepção pedagógica eleita, outros, pouco rigor ou coerência teórico-prática. Portanto, não se percebe, no conteúdo dos PPPs, suficiente base pedagógico-didática para subsidiar e ajudar os professores em suas ações e decisões cotidianas, no processo ensino aprendizagem.

Percebemos que, na Instituição em que os projetos foram construídos pelo grupo de professores que os colocam em prática, o processo tem fluído melhor. Contudo, na Instituição em que os projetos foram construídos via assessoria, para que os professores que chegassem os colocassem em prática, tem havido maior resistência e dificuldades para a sua viabilização.

Por fim, apesar das limitações apontadas, é inegável que os Projetos Pedagógicos analisados procuraram avançar e propor *currículos inovadores*, comprometidos com a qualidade de ensino, a visão interdisciplinar, a avaliação formativa e uma metodologia rica e variada, dentro da perspectiva da construção do conhecimento que forma o sujeito com domínio de conteúdo, autônomo e crítico.

Mas, como tais projetos estão se concretizando na prática? São realmente guias norteadores do processo pedagógico?

### **Análise do conteúdo das entrevistas**

Entre os professores entrevistados, identificamos a formação da graduação de cada um: três graduados em Pedagogia, dois em Letras, dois em Geografia, um em Filosofia, um em História e um em Matemática. Portanto, uma equipe multidisciplinar.

Verificamos, inicialmente, que alguns professores sequer tinham conhecimento sobre *novas diretrizes e políticas educacionais sobre formação de professores*. Outro fato interessante nessa questão foi a informação de que a UFU, que começou a implementação dos Cursos em 2006, respondeu que “Os projetos da nossa Unidade foram elaborados de acordo com as Diretrizes anteriores a 2006” (Prof. 1.2.3); enquanto a UFTM, que implantou somente o curso de Letras em 2006 e os demais cursos em 2009, respondeu que “Os PPPs dos cursos de Licenciaturas foram construídos a partir das diretrizes do REUNI” (Prof. 1.1.1).

Em seguida, analisamos a *formação multi e interdisciplinar do currículo do curso*, e obtivemos respostas variadas entre docentes e discentes:

- *Há uma tentativa de oferecer esta formação, pelo menos em termos de projeto. Busca-se o trabalho a partir das Unidades Temáticas e não de disciplinas fechadas e estanques, porém, a prática docente nem sempre é condizente com a teoria. (Prof. 1.1.2 – grifos nossos)*

- *Há pouca interdisciplinaridade. Talvez nos PIPES (Projeto Integrado de Prática Educativa) possamos verificar relação com outras disciplinas pedagógicas [...] (Prof. 1.2.3)*

- *Criamos algumas “entradas interdisciplinares” [...] organizando três ciclos de formação temáticos e os círculos de cultura... Pretendemos romper com a lógica linear, mas ainda temos as disciplinas [...] (Prof. 1.2.4).*

- *Na formação humanística acontece a multi e interdisciplinaridade. Mas as disciplinas específicas ficam em segundo plano. Que adianta formar professor crítico, mas que não tenha conhecimento de sua área, principalmente nas exatas. (Disc. B.5)*

Pelas falas dos depoentes, percebemos que nem todos têm uma ideia clara do que seja um currículo ou uma prática interdisciplinar, de fato. Todavia, aparecem contradições nas falas: poucos acreditam que fazem o trabalho interdisciplinar e a maioria assume que não o faz ou o faz parcialmente. Porém, acreditam que houve avanços nesse sentido.

Desse modo, confirmamos que do trabalho pedagógico interdisciplinar existem apenas ensaios ou alguns momentos isolados de “glória”, como no Ciclo Comum ou nos Círculos de Cultura. Contudo, a postura e prática interdisciplinar autêntica, ainda não existem. Destacam-se também denúncias de problemas nos currículos, como excesso de formação em humanidades, em detrimento da parte específica do curso e repetição de muitos conteúdos. Observamos, ainda, que a “disciplinarização” é maior no tratamento dos conteúdos específicos da formação. Isso sinaliza a necessidade de uma reflexão e análise profunda desses currículos e sua necessária reestruturação, orientada por discussão coletiva e boa fundamentação teórica.



Por conseguinte, apresentamos, para os sujeitos entrevistados, o desafio de enumerar os “*pontos fortes e os pontos fracos do programa de expansão de vagas*” na *Educação Superior*. Os depoentes – docentes e discentes - trouxeram os depoimentos:

*- Oportunidade para todos nós, tanto de trabalho como de estudo; a cidade é beneficiada com a vinda de novos moradores [...] (Prof. 1.2.6)*

*- Todos os professores são concursados; dedicação exclusiva do corpo docente; autonomia do projeto pedagógico; possibilidade da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão; o aluno tem mais condições de participação na vida da Universidade, etc. (Prof.1.2.5.)*

*- Com certeza, hoje é cada vez mais comum pessoas de todas as classes frequentando o curso superior. O oferecimento de cursos noturnos nas Universidades Federais também ajudou bastante àqueles que trabalham terem acesso a esse ensino. É claro que ainda não são todos os cursos que oferecem esse acesso.*

*- Com certeza, há mais oportunidades. Mas vejo que ainda há pontos que precisam ser melhorados, como por exemplo, a estrutura que os novos cursos recebem, e também ressalto que, não adianta democratizar o acesso se a pessoa não tem uma base bem estruturada, uma base desde o Ensino Fundamental até o fim do Ensino Médio. (Disc. B.5, grifos nossos)*

Se, por um lado, são muitos os aspectos negativos ou falhos do processo de expansão; por outro, é inegável que há pontos positivos importantes. A expansão trouxe desenvolvimento para algumas cidades do interior, que não ofereciam acesso à Universidade Pública. Com isso, ofereceu empregos para professores e técnicos e oportunidade dos alunos terem acesso a um curso superior; para o que antes não havia condições.

Os discentes, em geral, reconhecem que os projetos de expansão abrem as portas da Universidade para muitos, que antes não possuíam acesso. Confirmam que os novos cursos são oferecidos para a clientela de baixa renda, antes excluída da formação universitária. Chamam a atenção para a necessidade da melhoria do ensino na Educação Básica, para possibilitar a chegada à Universidade com formação suficiente ou pré-requisitos necessários para atender às exigências do curso superior. Destacam, também, a carência dos alunos que necessitam de bolsas para ajuda de custo, para terem condições de se manterem na Universidade e não desistirem no meio do caminho.

Apresentamos, a seguir, os *pontos fracos da expansão*, na voz dos sujeitos participantes :

- *Os números de vagas públicas insuficientes; falta apoio dos municípios para consolidação da expansão; lentidão na organização e construção da infraestrutura. (Prof. 1.2.1)*
- *Morosidade na gestão do dinheiro público e que não é bem administrado. (Prof. 1.2.5)*
- *Os cursos dos projetos de expansão recebem número reduzido de professores. Aí um único professor fica com muitas aulas e tem que trabalhar com várias disciplinas. [...]... (Prof. 1.1.2, grifos nossos).*
- *Falta infraestrutura adequada, laboratórios, biblioteca, etc. (Disc. A. 5)*
- *E a base? Não adianta tentar nivelar por cima, é “fácil” entrar, mas o que está acarretando é que o nível da Universidade demonstra-se caindo cada vez mais, falo isso porque vejo o grande número de pessoas que não se esforçam e mesmo assim conseguem passar de semestre. (Disc. B.5)*
- *Faltam bolsas para incentivo dos alunos carentes, o que pode levá-los a desistir dos cursos. Evasão de alunos que entram nos cursos só por ser mais fácil. (Disc.B.7)*
- *A maioria dos estudantes dos Cursos de Licenciatura vem da escola pública e têm baixa formação. (Disc.A.1).*

Dos pontos fracos do processo de expansão, o mais apontado pelos professores foi a falta de infraestrutura e o imprevisto. Confirmamos o fato discutido na literatura que a expansão acontece rapidamente e sem ter condições físicas e materiais para isso. Faltam salas de aula, mobiliário, biblioteca, laboratórios, recursos audiovisuais, dentre outros. Essa carência de recursos, com certeza, afeta a qualidade do trabalho docente e, conseqüentemente, da qualidade de ensino. Outro fator negativo é o recurso financeiro: é pouco e sem garantia de continuidade, pois depende do Governo e novas eleições representam incertezas e ameaça, nesse sentido. Pelos depoimentos, verificamos que faltam, sobretudo, planejamento e ações efetivas com relação à previsão de verbas, prever o espaço físico, pensar na demanda de alunos num determinado contexto, nos cursos a serem oferecidos numa comunidade, observar necessidades e demandas de cada contexto, a boa administração dos recursos, dentre outros.

Outros fatores denunciados pelos depoimentos são: a sobrecarga de aulas, o excesso de disciplinas e o elevado número de alunos a que são submetidos os professores do projeto de expansão. Os cursos contam com um número reduzido de docentes, que ficam sobrecarregados. Daí aparece a figura do professor “auleiro”, em situação bem semelhante à da Instituição particular. Assim, torna-se difícil o docente conciliar ensino, pesquisa e extensão e preparar suas aulas com qualidade. Professores mais críticos questionam quais são as reais intenções das políticas de Educação Superior pela forma em que os cursos foram pensados. Destacamos, ainda, outros depoimentos que confirmam a precariedade das

condições de trabalho e o desrespeito aos profissionais da docência, nos cursos de formação de professores:

*- As condições de trabalho são péssimas. Tenho 12 aulas por semana, mas agora são 5 turmas, com 45 a 50 alunos cada, mais uma turma de EDP (Estudo e Desenvolvimento de Projetos). Ainda repito a mesma aula para 5 turmas...Serão, portanto, mais de 250 alunos sob minha responsabilidade. Com reuniões, pesquisa, extensão, ultrapasso bem longe as 40 horas semanais da dedicação exclusiva. (Prof. 1.1.9)*

*- Questiono: em que medida está o respeito à profissão docente na nossa Universidade Pública? O que vejo são salas superlotadas de alunos, falta de recursos didático-pedagógicos, sobrecarga de aulas e alunos, falta de espaço físico, de livros, sala para professor, para secretária, de mesa e cadeira, de telefone, de computador e de internet...*

*- Algo está profundamente errado no modo como a implantação desses cursos foi desenhada e executada. Fico pensando: quais são os interesses que estão por trás de tudo isso? (Prof. 1.1.5).*

Sobre o perfil dos alunos que chegam às Licenciaturas, está claro que é uma clientela diferente da elite econômica que compõe os cursos de maior *status* social, tais quais os alunos da Medicina, da Odontologia, das Engenharias, nas Universidades públicas. São alunos, na maioria, trabalhadores ou de famílias muito carentes. Por isso, precisam conciliar trabalho e estudo ou da ajuda de programas assistenciais, como vale refeição, vale transporte, moradia, dentre outros, para se manter na Universidade. Justifica-se, assim, a necessidade dos cursos serem no período noturno. Agrava-se a situação com o fator de que muitos deles são oriundos de escolas públicas de baixa qualidade, muitos têm história de defasagem em relação a idade, série e participaram dos cursos supletivos, para acelerar Ensino Fundamental e Médio. Então, há uma limitação dos pré-requisitos necessários para os estudos em nível de graduação. Daí, os Cursos de Licenciatura recebem o rótulo de “curso pobre, para pobre” e, além disso, a maioria não escolheu a Licenciatura por vocação, mas porque foi o curso que a sua condição de classe lhe permitiu fazer. Vejamos os depoimentos nesse sentido:

- *Outro aspecto é que os projetos de expansão têm privilegiado cursos de Licenciatura, o que não garante a democratização do acesso ao saber. A docência não é uma profissão de reconhecido status social, assim, parece criar o estigma de que Licenciatura é para “aluno pobre” e os demais cursos para os melhores alunos. (Prof. 1.1.1)*

- *Outro ponto que cito é o nível de alunos que recebemos: não é a elite intelectual e econômica, mas alunos trabalhadores, que lutam bravamente, para superar as dificuldades de diversas naturezas para manter-se na Universidade. (Prof.1.1.2)*

Com razão, os alunos se mostram preocupados com a valorização da quantidade em detrimento da qualidade do ensino. A evasão ou a desistência de vários alunos acontecem por frustração com o curso escolhido ou por condições financeiras insuficientes para se manterem na Universidade; essa é a realidade. Desse modo, muito dinheiro é investido, para pouco retorno, uma vez que a entrada dos alunos é grande, mas, no final, poucos se formam. A carência de infraestrutura adequada, falta de bibliotecas e laboratórios, também foi bem destacada pelos alunos.

Outro fator apontado é a dúvida sobre a qualidade dos cursos e o fato de que há grande rotatividade dos professores, que passam por concursos públicos, mas não se fixam nas cidades interioranas, uma vez que logo buscam uma forma de mudar de instituição, por meio de transferência ou por meio de aprovação em novo concurso.

Com relação à pergunta sobre a infraestrutura dos cursos em que os docentes atuam, confirmamos, mais uma vez, o que já foi constatado anteriormente: vários entrevistados afirmaram, em seus depoimentos, que não há salas de aula suficientes e nem adequadas para as aulas (espaço, arejamento); as bibliotecas são pobres, sem o acervo bibliográfico necessário; ausência de laboratórios ou, na existência destes, faltam equipamentos; faltam computadores e possibilidade de acesso à Internet; os professores não têm espaço para trabalhar na Instituição, seja orientando alunos ou pesquisando. Cursos de maior *status* social recebem mais atenção que outros, numa mesma Instituição.

A maioria dos professores acredita na qualidade de seus cursos e trabalha nessa perspectiva. Entretanto, também vê limitações e até soluções viáveis para melhorar os cursos. É consciente das limitações e acredita que elas devem ser sanadas. Como limitações da qualidade aponta a falta de articulação entre teoria e prática; a falta de flexibilização curricular; o enfoque formativo dado à formação do bacharel ou pesquisador e não a do professor; as salas superlotadas, dificultando a construção do conhecimento com aulas mais dinâmicas, dentre outros.

Nos depoimentos dos alunos sobre *a qualidade do curso* que escolheram fazer, disseram:

*- Eu não tenho a mínima noção de onde podemos chegar com essa formação, visto que temos o conteúdo de 4 anos em 3, devido ao novo currículo de caráter mais crítico na formação do professor. Temos Universidades com o mesmo curso em 4 anos no período integral. Nós, no curso noturno, temos que fazer em 3 anos? (Disc. A.10).*

*- Sim, acredito que o curso é bom. O que atrapalha é o pouco tempo, no noturno, e grande parte dos alunos são trabalhadores. (Disc. B.1)*

*- Em partes. A gente fica o primeiro ano inteiro sem ver conteúdos da área específica e depois sobra pouco tempo para estas. Com isso, estou com dificuldades nessas matérias, enquanto nas humanas eu saía bem. (Disc. B.5)*

*- Os professores são bem qualificados, a maioria é doutor. Mas, diploma não garante tudo... falta mais integração entre as disciplinas e uma prática mais multidisciplinar... (Disc. B.8)*

*- Existem ainda, professores que avaliam de forma tradicional e reprovam a maioria dos alunos. (Disc. A.6)*

Os alunos acreditam, em sua maioria, que os cursos são de qualidade. Contudo, não deixam também de ver limitações e sugerir alternativas. Mostram que, nem sempre, a formação ou certificação do profissional garante a qualidade do seu trabalho. É preciso também compromisso e gostar do que faz. Professores que realizam a avaliação numa perspectiva puramente quantitativa também são denunciados.

Novamente, aparece a denúncia, agora dos alunos, das fragilidades do currículo, com acentuada formação humanística, em detrimento da formação específica, na área de formação.

As pesquisas bibliográfica e documental evidenciaram grande preocupação com a melhoria da qualidade de ensino, da formação de professores.

Com a aplicação de entrevistas, explicitaram-se os pontos fortes e os pontos fracos do processo de expansão da Universidade. Vimos que há muitas conquistas, especialmente, relacionadas à democratização do acesso à Universidade; porém, há também muitas controvérsias, que se confirmam nos pontos fracos da expansão. Esses necessitam de estudo, reflexão e revisão, urgentemente. A democratização do acesso, no ensino superior, precisa de garantir também o acesso ao saber, ou seja, ao conhecimento legítimo.

Em seguida, apresentamos as conclusões gerais da investigação e a indicação de possíveis encaminhamentos para os problemas evidenciados, como sugestões para o aperfeiçoamento das políticas de Educação Superior em nosso país, especialmente do programa REUNI.

## **Conclusões:**

Entendemos que o projeto REUNI, que tem como referência o Processo de Bolonha e é imbuído da filosofia da Universidade Nova, tem muito mais intenções políticas e econômicas na sua viabilidade do que a real preocupação com a inovação curricular e a qualidade de ensino para as classes desprovidas de riqueza, que chegam à Universidade. Então, é uma proposta nova e ousada, que propõe uma prática inovadora, mas sem oferecer os recursos e os subsídios necessários para colocar toda essa inovação em prática.

A má qualidade da escola pública atinge a Educação Básica e o problema se estende para a Educação Superior, tornando-se, ironicamente, um círculo vicioso, pois, se, de um lado, a Educação Básica não prepara adequadamente os seus alunos para a Universidade, esta, por outro lado, não forma adequadamente seus egressos para serem bons profissionais docentes para atuar na Educação Básica.

Destarte, alertamos para as intenções neoliberais que podem estar por trás de tudo isso: denegrir a imagem da Universidade Pública, a fim de trilhar o caminho da privatização do espaço público. A intenção pode ser fazer com que as Universidades caiam no descrédito da população, sendo vistas como incompetentes para formar bons professores e, assim, tornar-se-á útil e desejável a ação de privatização do ensino, especialmente nessa área. Toda atenção e cuidado é pouco com relação à questão em pauta.

Diante do exposto, algumas providências são urgentes no sentido de garantir políticas e ações para a Educação Superior, a saber: expansão com projetos bem planejados e com verbas suficientes para sua viabilização; redimensionamento das propostas pedagógicas dos cursos em andamento e dos novos, garantindo consistência teórica, democracia e a contextualização; coordenação pedagógica eficiente e formação contínua dos formadores; valorização dos profissionais da educação e garantia de condições dignas de trabalho; investimento na Educação Básica para melhoria da qualidade de ensino; diversificação da oferta dos cursos de graduação, dos projetos de expansão; maiores investimentos para a educação - com aplicação planejada e adequada - para que a Universidade cumpra a sua missão tríplice: ensino, pesquisa e extensão, com qualidade.

Por fim, um grande passo já foi dado e, do ponto de vista quantitativo, vemos confirmada a expansão do ensino superior no país, embora em ritmo mais lento do esperado; o que, certamente, é um aspecto positivo das políticas de Educação Superior, uma vez que o país deveria dobrar a sua população universitária. Entretanto, o crescimento do número de alunos com acesso à Universidade, ocasionado pelos projetos de expansão universitária, apresenta algumas distorções. Muito investimento já foi feito na Educação Superior, mas não o suficiente para garantir a democratização do acesso, da permanência e do sucesso no desenvolvimento da aprendizagem. Para que a Educação Superior seja mesmo

democrática e inclusiva, precisamos de que as políticas educacionais ultrapassem os discursos e invistam, de fato, na concretização de uma Universidade Pública de boa qualidade, para todos e todas.

## Referências

- Brasil.(2007). REUNI – *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Diretrizes Gerais. Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:  
< <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>
- Borges, M. C. (2009). *Políticas Educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade*. São Paulo: Paulus.
- Dourado, L.F. (2002). Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf> >
- Lima, Licínio C.; Azevedo, Mário Luiz N. de; CATANI, Afrânio M. (2008). *O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a02v13n1.pdf>>
- Severino, Antônio Joaquim. (2009). *Expansão do ensino superior: contextos, desafios e possibilidades*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2>>.
- UFTM. (2010). *Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciaturas*. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba. Mimeo.
- UFU. (2007). *Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Licenciaturas*. Universidade Federal de Uberlândia. Ituituaba. Mimeo.

## 7.5.

### Título:

**Impactos do programa universidade para todos – Prouni na formação profissional do estudante de baixa renda**

### Autor/a (es/as):

Carbonesi, Maria Anastácia Ribeiro Maia [Centro Universitário do Distrito Federal – UDF]

Silva, Cleide Bezerra da [Centro Universitário do Distrito Federal – UDF]

### Resumo:

O texto tem como objetivo discutir a política do Programa Universidade Para Todos - ProUni na